



APRESENTANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Diretoria
de Segurança
Alimentar e Nutricional

DISAN

Secretaria de
Assistência Social,
Trabalho, Emprego e Renda

GOVERNO DO
PARA
POR TODO O PARA



APRE SEN TAÇÃO

O Governo do Estado do Pará, comprometido com a melhoria da qualidade de vida da população e com o desenvolvimento sustentável, **entende a Segurança Alimentar e Nutricional como garantia de direitos e acesso às políticas públicas, constituindo-se como ferramenta fundamental para reversão das desigualdades sociais.** As Ações direcionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, sem sombra de dúvida, são importantes estratégias para enfrentar os desafios em relação às práticas alimentares saudáveis da população.

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, por meio da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional – DISAN. Segue com as diretrizes do governo do estado na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento sustentável. Entende a Segurança Alimentar e Nutricional como garantia de direitos e acesso às políticas públicas, constituindo-se como ferramenta fundamental para reversão das desigualdades sociais.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS



O QUE É SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SÂN)?

“Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.” (Art.30 da Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).



DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA – DHAA

Conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, desenvolvam suas capacidades e participem plena e dignamente da vida em sociedade.



SOBERANIA ALIMENTAR

Direito de cada país e de sua população em definir suas políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

INSEGURANÇA ALIMENTAR – INSAN

Pode ser detectada a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumos de alimentos de qualidade duvidosas ou prejudiciais à saúde, estrutura de produção de alimentos predatórios em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposições de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural.

ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

O direito humano de acesso à água, entendida como alimento fundamental para manutenção da vida, apresenta-se como um dos maiores desafios a ser enfrentado na área da Segurança Alimentar e Nutricional.

Quando se fala em produção de alimentos e matérias-primas, muitas vezes nos referimos a recursos naturais, tais como o solo e as lavouras em si (soja, arroz, trigo e outros). Sem água, entretanto, não é possível o cultivo, processamento e transformação de qualquer alimento.

Existe uma relação direta entre falta de água e segurança alimentar e nutricional, interferindo no nível de desenvolvimento humano.

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

È um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde baseado nos seguintes princípios: intersetorialidade; ações conjuntas entre estados e sociedade; equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gêneros e etnias;

articulação entre orçamento e gestão e abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais.



INTERSETORIALIDADE

Ações articuladas e coordenadas, utilizando recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais), de modo eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.



A LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Nº 11.346, de 15 de novembro de 2006) institui o Sistema Nacional de SAN; reafirma obrigações do Estado em respeitar, proteger, promover e prover alimentação



SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN

Este sistema promove a formulação e a articulação de políticas de SAN em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a

avaliação das mudanças relacionadas à situação alimentar e nutricional da população brasileira. adequada, e institucionaliza o Conselho, a Conferência e a Política Nacional de SAN.

O QUE INTEGRA O SISAN?

- Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, em âmbito Nacional, Estadual e Municipal;
- Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA em Nível Federal, Estadual e Municipal;
- Câmara Interministerial (âmbito nacional) e Câmaras Intersetoriais (nos Estados e municípios);
- Órgãos e Entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Instituições Privadas com ou sem fins lucrativos.



CÂMARA INTERSECTORIAL DE SAN – CAISAN

Instituição que tem como atribuição a elaboração do Plano de SAN e definindo ações, metas e orçamento destinado a SAN, bem como o monitoramento e a avaliação de sua implementação.



DIRETORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - DISAN

A DISAN tem como competência a coordenação, formulação, execução, monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações da Segurança Alimentar e Nutricional observando as diretrizes do SISAN e as legislações vigentes.

QUAIS OS PROJETOS E PROGRAMAS

DA DISAN?

As ações são realizadas em parceria com o governo federal e municípios podendo ser de forma convenial por intermédio de Editais e/ou recursos próprios do tesouro estadual e municipal.

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA

ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN

Sensibilizar os municípios à adesão ao Sistema com fins de participação na articulação das políticas públicas voltadas ao alcance de SAN e DHAA, bem como viabilizar a operacionalização de programas de forma integrada e sustentável, a partir de uma abordagem mais sistêmica.



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – PAA

Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Os municípios interessados devem contactar com a Coordenação Estadual - DISAN, onde deverão assinar Termo de parceria (Gestor municipal e Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda), e posteriormente, o município será orientado a selecionar e cadastrar os agricultores que possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF) tipo A,B, e A/C e serem inscritos no CADÚNICO.



PROJETO HORTAS SOCIAIS

O Projeto HORTAS SOCIAIS serão implementadas para combater a situação de vulnerabilidade, risco e violência das famílias nos diversos municípios do estado.

O projeto tem como objetivo implantar hortas sociais nos territórios para realizar a inclusão sócio produtiva de

e famílias em situação de vulnerabilidade, risco e violência, garantindo assim acesso a renda e o combate efetivo a insegurança alimentar e nutricional;

IMPLANTAÇÃO DAS HORTAS,

DA TEORIA A PRÁTICA:

- As hortas sociais devem conter 3 casas de vegetação com 4 leiras em cada casa;
- O projeto hortas sociais terá dois tipos de beneficiários as famílias e as entidades socioassistenciais que tiverem atuação reconhecida no território;
- A identificação e seleção das famílias beneficiárias será feita pelos municípios onde o projeto será implantado;
- Na questão da comercialização da produção o projeto fará a mediação e articulação os órgãos públicos e empresas privadas;

Hoje o projeto possui três versões em execução, um convênio com o Ministerio da Cidadania, um convênio com a Fundação Banco do Brasil e uma emenda parlamentar do Senador Paulo Rocha.



IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN



RESTAURANTE COMUNITÁRIO

PRATO POPULAR

Atendimento diário de 300 pessoas que necessitem de alimentação saudável, à baixo custo, em situação de insegurança alimentar e nutricional no município de Belém.

Orientação Nutricional no Restaurante Prato Popular

A Nutrição tem alcançado nos últimos anos o reconhecimento mundial por enfatizar a importância da alimentação saudável na promoção da saúde das populações. Ela vem fornecer subsídios para o planejamento estratégico da alimentação e a utilização adequada do alimento como promotor da saúde, reduzindo o risco de agravos e buscando a melhoria do estado nutricional. Alimentar-se bem e de forma constante é um direito humano.

Orientação nutricional é um conhecimento envolvendo as modificações de hábitos alimentares a médio e longo prazo e estão relacionados às representações sobre o alimento, conhecimentos, atitudes e valores. As condições de saúde da pessoa são modificadas é iniciada a partir de a reeducação alimentar, através da introdução de novas rotinas. Neste processo de forma educativa adequando a quantidade calórica e nutricional dos alimentos, individualizando assim o tratamento.

Metodologia: O paciente será avaliado seguindo os métodos de avaliação de IMC (índice massa corporal), assim será feito o diagnóstico nutricional. O mesmo receberá orientação nutricional individualizado.

Programas de cisternas nas escolas rurais

O objetivo geral dessa tecnologia social é proporcionar o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano para alunos e professores de escolas localizadas na zona rural.

Sobre o projeto

A tecnologia social Microsistema de Abastecimento de Água para Escolas tem como objetivo proporcionar a cada Escola um módulo de captação e reserva de água de chuva e um módulo complementar de abastecimento de água acionado em ocasiões de escassez pluviométrica, de forma a disponibilizar um nível de acesso à água para o consumo humano (água para beber e água para preparo de alimentos) de alunos e professores de escolas públicas localizadas na zona rural atingida pela seca ou falta regular de água.

Projeto de Implantação de Cozinhas Comunitárias nos Municípios de Ulianópolis, Rondon do Pará e Xinguara

Implantar 03 (três) cozinhas comunitárias em cooperação com as prefeituras municipais para reduzir os níveis de insegurança alimentar na territorialidade do CRAS.



Educação em SAN

Ações de educação alimentar e nutricional permanente, que altere hábitos alimentares e estimule a prática da alimentação adequada e saudável para melhoria da qualidade de vida.

Qual o perfil do nosso público alvo?

Famílias com perfil CADÚnico, beneficiários do Programa Bolsa Família, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais de Terreiro (Matriz Africana), Ribeirinhos, Extrativistas, Ciganos, Acampados, Assentados da Reforma Agrária e Famílias de encarcerados em regime fechado.

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Inocencio Renato Gasparim
Secretário de Estado de Assistência Social,
Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER

Valdo Divino Filho
Secretário Adjunto de
Assistência Social - SEASTER

Miriquinho Batista
Secretário Adjunto de Trabalho e
Emprego - SEASTER

REALIZAÇÃO

**DIRETORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL - DISAN**

Diretora
Maria de Nazaré Cardoso da Costa Rocha

Nutricionistas
Camila Prazeres
Sarah Mendes

PRODUÇÃO
Ascom Seaster

Secretaria de
Assistência Social,
Trabalho, Emprego e Renda

